

As Condições de Israel

Mark A. Heller

Mais cedo ou mais tarde israelitas e palestinos regressarão à mesa das negociações. Mas Sharon está convicto de que a distância entre as suas posições é tão grande que será difícil conseguir a paz a curto prazo. O seu objectivo será, por isso, mais modesto: conseguir um entendimento transitório que assegure alguma estabilidade e abra caminho a futuras negociações.

Ariel Sharon deve a sua esmagadora vitória sobre Ehud Barak nas eleições para o cargo de primeiro-ministro de Israel sobretudo à rejeição popular do modo como Barak conduziu o processo de paz. Dezoito meses de intensos esforços para chegar a acordo com a Síria e com os palestinos culminaram em quatro meses de violência por parte destes últimos – e a massa crítica do eleitorado israelita desesperou pura e simplesmente de que esses esforços pudessem ser levados a bom termo.

Não quer isto dizer que em Israel tenha morrido a esperança e o desejo de paz. As sondagens mostram que perto de dois terços dos israelitas continuam a querer a paz, mesmo a um alto preço. Foi justamente por essa a razão que Sharon, durante a campanha eleitoral, prometeu trabalhar pela paz e reconheceu, inclusive no discurso de vitória, que a paz exige difíceis concessões de parte a parte. Recorde-se que as sondagens davam a Shimon Peres, dirigente trabalhista tão identificado como Barak com a causa da paz, resultados muito mais expressivos caso se tivesse candidatado contra Sharon.

Não foi o processo de paz que os israelitas repudiaram nas urnas, mas a maneira como Barak o conduziu: a vastas concessões por parte de Israel correspondeu a recusa do compromisso por parte dos árabes e, pelo menos no que diz respeito aos palestinos, o recurso à violência, como foi particularmente evidente durante e logo após a cimeira entre Barak e Yasser Arafat em Camp David, em Julho de 2000.

Estiveram pela primeira vez estiveram em discussão, nestes encontros, todas as questões relativas ao estatuto definitivo enunciadas em Oslo, e as propostas israelitas foram muito além do que até esse momento seria considerado concebível pelos seus dirigentes, incluindo o próprio Barak. O pacote proposto incluía, nas suas grandes linhas, um Estado palestino independente na Faixa de Gaza e na quase totalidade da Cisjordânia, a divisão de Jerusalém, o desmantelamento de dezenas de colonatos, e um plano de realojamento e indemnização dos refugiados palestinos. Estas propostas não satisfizeram completamente as exigências palestinas mas foram ao encontro de grande parte delas (em suma, um ministro palestino diria mais tarde que Barak "não nos deu tudo o que queríamos").

No entanto, os palestinos não quiseram ou não foram capazes de manter perante as questões contenciosas uma atitude conciliatória, ingrediente essencial para levar uma negociação a bom termo. Optaram, pelo contrário, por uma campanha diplomática destinada a reforçar o apoio internacional às suas exigências, e mais tarde, em finais de Setembro, a um conflito de baixa intensidade ou a uma guerra de atrito com o intuito de robustecer os seus parâmetros negociais através da desmoralização de Israel, e igualmente, ou em alternativa, forçar uma eventual intervenção internacional.

A intifada não levou Israel a fazer mais concessões, mas teve o efeito contrário de colocar o campo da paz na defensiva – que diferença havia em que Israel se aproximasse mais ou menos das posições palestianas ? Ou as aceitava integralmente ou provocava, aparentemente, não apenas a recusa em bloco mas de novo o recurso à violência. Na realidade, a reacção hostil à atitude de Barak foi devida não tanto às concessões que se propôs fazer, mas à resposta palestiana, e daí que em parte o voto contra Barak seja realmente um voto contra Arafat. Sharon imprimirá um outro rumo à política de Israel. Consciente da sua própria reputação e das preocupações que a sua eleição causa no país, no mundo árabe e noutros sectores da comunidade internacional, tentará dar uma imagem de prudência e determinação em prosseguir a paz através dos instrumentos políticos. O compromisso de não implantar novos colonatos, independentemente de haver ou não acordo, e a aceitação do princípio de um Estado palestino, desde que surja através da negociação e não ponha em causa os interesses vitais e de segurança de Israel, vão nesse sentido.

Está porém igualmente empenhado em garantir aos israelitas um maior sentimento de segurança no quotidiano. Não é evidente se esta promessa implica ou não um endurecimento da reacção aos actos de violência por parte dos palestinos, que por sua vez poderia levar a uma escalada em maiores proporções. É evidente, em contrapartida, que Sharon não voltará a negociar sem o fim ou pelo menos uma substancial atenuação da violência e que, quando as negociações recommencem, as concessões israelitas, territoriais e outras, não serão repostas no mesmo ponto em que Barak as deixou.

Sharon expressou, aliás, a convicção de que a distância que separa as posições israelitas das palestinas (mesmo ao tempo de Barak) é demasiado grande para que a paz seja possível a curto prazo. O seu objectivo será talvez um entendimento transitório que assegure uma certa estabilidade e crie um clima favorável a futuras negociações. Atingir este modesto objectivo não depende só de Sharon. Depende muito do que farão os palestinos nas semanas e meses mais próximos. Afirmar que não há outra alternativa ao impasse e à violência se não voltar à mesa das negociações é quase um lugar-comum. E não restem dúvidas de que, entre Israel e a Palestina, não há possibilidade de que a resolução do conflito seja imposta, uma vez que nenhuma das partes pode forçar a outra a aceitar a sua própria solução.

Para que as negociações constituam uma verdadeira alternativa ao impasse e à violência, porém, é preciso que haja vontade ou capacidade para conduzir uma verdadeira negociação. E isso implica considerar a possibilidade de que o seu desfecho não seja exactamente o que cada uma das partes defende como exigência absoluta em nome dos direitos, da justiça ou da legalidade — muito particularmente se a "legalidade" for invocada à luz de uma leitura deturpada das resoluções das Nações Unidas que nem o texto nem o historial da negociação dessas mesmas resoluções autoriza. Implica igualmente prescindir do recurso à violência verbal ou física, que foi o compromisso que as partes efectivamente assumiram nos acordos de Oslo.

O mais importante contributo dos actores externos para o retomar de verdadeiras negociações é ajudar a substituir uma cultura de violência por uma cultura de conciliação. Qualquer intervenção que leve à inferência de que a violência compensa do ponto de vista de conduzir a um melhor desfecho pode produzir um resultado diametralmente oposto. Esta foi uma das razões, e não das menos importantes, por que falhou em última análise a mediação americana, intensa e ao mais alto nível, conduzida por Clinton.

O actual governo americano de George W. Bush parece convicto de que essa

intervenção, por mais bem intencionada, é contraproducente, e que é mais fácil enveredar pela via que conduzirá as negociações a bom termo se a nenhuma das partes directamente interessadas forem dados motivos ou pretextos para não interagir com a outra com base tanto no "dar" como no "receber". Seria uma pena que a União Europeia, animada pela melhor das intenções, e convencida de que poderia fazer melhor, caísse no mesmo erro dos americanos.